



EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: perspectivas e construções

Ana Carolina da Silva Souza

Esse trabalho tem como tema a educação bilíngue para surdos, o desafio é levantar uma discussão bastante delicada, que é a inclusão do indivíduo surdo, na rede regular de ensino, e o direito destes a uma escolarização que considere primordial as suas diferenças sejam elas étnicas, culturais, gênero, linguísticas, sociais, dentre outras, a fim de minimizar os prejuízos educacionais e sócio-emocionais desses alunos.

Esse trabalho parte de uma vontade pessoal em entender melhor o processo de escolarização dos alunos surdos, dentro de uma perspectiva bilíngue. Na segunda metade do ano 2010 fui trabalhar em uma escola estadual e me deparei com o desafio: trabalhar com os processos de ensino e aprendizagem com alunos surdos. As salas de aulas de ensino regular, das quais, em cinco delas havia alunos ouvintes e surdos, contava com a presença do intérprete de Língua de Sinais (Libras) para auxiliar na comunicação, mas apesar disso, procurei aprender um pouco de Libras, para estabelecer um contato afetivo com todos meus alunos.

Após esse contato com alunos surdos, me questionei sobre as condições reais de efetivação do ensino e da aprendizagem desses alunos nessas salas regulares. Esse é um desafio que está longe de ser concretizado, portanto, por esse motivo, resolvi prosseguir os estudos não mais no curso de História, no qual sou graduada, mas na Educação Especial, para que aliando esses saberes com os conhecimentos em História pudesse fazer um diferencial positivo no processo de escolarização destes alunos.

Para conduzir esse trabalho, procuro observar as propostas de ensino inclusivo, na perspectiva de uma História que se volta para a análise das políticas públicas do presente, para tanto, faz-se necessário compreender os discursos e a real atuação desses projetos no seio dessa sociedade. Por conseguinte iniciei uma busca, por bibliografias

referentes à comunidade surda e ao processo de inclusão desses alunos em uma educação bilíngue.

O objetivo não é realizar apenas análise crítica das bibliografias, mas ir para a prática dando voz a esses sujeitos que são excluídos por uma sociedade segregacionista. Dessa forma, compreender o processo para além de incluí-los, proporcionar aos mesmos uma educação de qualidade¹, mais igualitária, capaz de desconstruir o ideário de uma sociedade homogênea, reconhecendo as pessoas nas suas especificidades, seguindo assim na contramão da ideia de igualdade utópica, favorecendo assim para uma educação bilíngue.

Em primeiro lugar é necessário entender que o princípio da inclusão de alunos surdos baseia-se no ato de comunicar tanto com seus colegas, quanto com seus professores, segundo Vygotsky (1993) a linguagem se constitui como o signo fundamental, tendo o poder de representar simbolicamente objetos e eventos. Na ausência de um objeto, ele pode ser representado através da linguagem sem que haja necessidade de tê-lo concretamente ao alcance das mãos. Vygotsky atribui um papel fundamental à linguagem, na constituição das funções mentais superiores, pois mais do que comunicar o pensamento tem a função de organizá-lo e estruturá-lo. A linguagem funciona como elemento mediador que permite a comunicação entre os indivíduos, o estabelecimento de significados compartilhados por determinado grupo cultural, a percepção e interpretação dos objetos, eventos e situações do mundo circundante (VYGOTSKY, 1993).

Portanto, a linguagem, com sua função comunicativa, além de permitir ao homem vivenciar um processo de interlocução com seus semelhantes, permitem ao ser humano abstrair e generalizar a realidade através de atividades mentais complexas e, portanto, formular conceitos. Assim sendo o uso da linguagem segundo Vygotsky é um importante instrumento para facilitar a comunicação entre professor-aluno, professor-família, e esses com a própria sociedade.

Além da linguagem é necessário compreender o que pensa o aluno surdo sobre a sua condição de existência, existem estudos culturais sobre a surdez, onde há uma grande contribuição de Skliar (2005), os estudos surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e

¹ Refiro-me a qualidade, uma educação que permita aos surdos construir seus conhecimentos de forma complexa e criativa, sendo capaz de ser um sujeito autônomo e independente na sociedade em que esteja inserido.

entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político. Esses estudos são necessários para que haja mais do que uma inserção, mas uma inclusão efetiva dos alunos surdos, no ambiente escolar.

A família exerce um papel fundamental no processo de inclusão dos alunos surdos, a educação, comunicação e relações afetivas precisam ser construídas primeiramente no seio familiar. É necessário destacar que a família ao colocar uma criança surda no ensino regular, ela necessita compreender, antes de qualquer coisa, o nível de comprometimento da deficiência dessa criança, a fim de auxiliar o aluno e a escola na efetivação do aprendizado, não para superprotegê-la perante sua deficiência, muito pelo contrário, a proposta é valorizar o estudante, deixando de lado a estigmatização da deficiência. (BOTELHO, 2005)

Essa discussão precisa perpassar as políticas públicas para a educação bilíngue. É necessário pensar no papel do Estado para a efetivação da educação da comunidade surda na perspectiva bilíngue, repensar os projetos políticos pedagógicos e a formação dos professores.

O despreparo dos docentes para trabalhar com alunos surdos, no geral, ocorre porque as escolas não têm embasamento teórico-metodológico para atuar pedagogicamente com essa realidade e, como consequência, surgem os prejuízos educacionais e sócio emocionais para os alunos, no caso dos surdos, estes são muito significativos.

Para a existência de uma educação bilíngue para surdos é necessário que se atente para os aspectos como a linguagem, a participação da família, políticas públicas eficientes e professores preparados. A possibilidade de conceber uma educação na qual haja diálogo e participação direta dos alunos com as pessoas e materiais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem para que seja possibilitada a construção do conhecimento. A presença de esses aspectos faz com que se diminua a distancia entre professores e alunos, fazendo com que os mesmos percebam as dificuldades de cada aluno. Esse processo pode reduzir as experiências de exclusão, contribuindo com a construção de conhecimentos mais adequados, reafirmando assim a necessidade de entender que diferentes alunos têm diferentes formas de se relacionar com os conhecimentos, e são essas diferenças que contribuem para o seu processo de desenvolvimento, portanto de aprendizagem.

Assim, fica evidente as críticas sobre a crença na necessidade de uma sala de aula homogênea, o que importa é a singularidade das diferentes vozes que ecoam na

sala de aula, capazes de fazer os alunos se comunicarem e interagirem com o meio em que vivem.

Diante disso pergunta-se se existe uma política de inclusão, por que os surdos continuam excluídos? Ainda como a comunidade surda se posiciona diante da perspectiva de educação bilíngue? Como as escolas públicas estaduais de Uberlândia tem se organizado para a garantia do direito a educação bilíngue que os estudantes surdos possuem? Com essa pesquisa pretendo fazer uma construção histórica sobre as políticas públicas de educação para os surdos, procurando compreender os conflitos existentes que impedem a efetivação de uma educação bilíngue e, ainda, mapear e compreender o posicionamento da comunidade surda frente essas políticas.

A partir desses pressupostos, a finalidade da pesquisa é trazer contribuições para a sociedade, comunidade surda, academia e, pessoalmente, na minha formação enquanto docente de escola pública. Contribuir no sentido de apontar elementos que despertem na sociedade em geral à necessidade do reconhecimento e compreensão das diferenças não apenas no ambiente escolar, mas também no político e social.

Para a comunidade surda cooperar ainda mais para formação da identidade surda; na academia fomentar discussões e promover a pesquisa e o progresso da ciência, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam e que sejam úteis à vida dos surdos; e na minha formação enquanto docente potencializar o ensino e aprendizagem desses alunos dentro de uma perspectiva bilíngue.

Quando pensamos na educação inclusiva, na necessidade de historicizá-la no contexto neoliberal, é importante refletir nos conceitos educacionais dentro do sistema capitalista. Após anos de exclusão e preconceito, os surdos atualmente constituem um grupo cultural diferente, no qual existe uma língua singular que lhe proporciona uma condição de pertencimento. Por esse motivo é necessário fazer uma reflexão sobre as políticas públicas e educação bilíngue, para tanto me debrucei sobre alguns autores e obras significativas que me permitem fazer tais reflexões e propor essa pesquisa. São autores como: Botelho (2005); Dorziat (1999); Sacks (2010); Skliar (1999; 2005), decretos nacionais, estaduais, dentre outros.

O marco na história de luta dos Surdos foi o Congresso de Milão em 1880, pois a partir desse fica proibida o uso da língua de sinais, iniciando um processo educacional regulada no oralismo e ouvintização, segregando ainda mais os surdos. As decisões de tal Congresso foram tomadas por ouvintes em relação aos surdos, nessa perspectiva percebo que sempre em relação aos surdos há uma visão ouvintista, muitas vezes

preconceituosa, e excludente, pautada em uma visão clínica da surdez, ignorando o sujeito surdo atuante.

Louro (2002) nos mostra que é preciso estar atento à neutralidade dos discursos, uma vez que o discurso de uma possível classe dominante no sentido de quem está oficialmente no centro, pode acabar afetando os campos de disputas e a possibilidade de questionamentos dos discursos oficiais com relação às diferenças dos sujeitos marginalizados. E que essas posições – quem está no centro e quem está marginalizado – são móveis, e instáveis, podendo facilmente ser mutável. Para os educadores a afirmação desses grupos perturbadora, pois questiona os moldes então oficiais trazendo a tona uma problemática de aceitação por parte dos educadores.

A educação bilíngue para surdos representa uma mudança na maneira de conceber a surdez, inovando as práticas de ensino com o uso da língua de sinais como primeira língua (L1), e a língua majoritária como segunda língua (L2). As propostas de educação bilíngue ainda são propostas de programas oralistas e de Comunicação Total, isso é visível ao reconhecer a necessidade da língua de sinais, porém inserindo os surdos em escolas regulares.

Dorziat (1999) faz uma crítica ao Oralismo, onde por muito tempo foi nessa perspectiva que pautava-se o processo de ensino e aprendizagem dos surdos, uma vez que, este pregava que para ser um sujeito na sociedade era necessário aprender a falar, a surdez era considerada uma perda, déficit. Essa perspectiva do Oralismo foi questionada a partir dos estudos sobre a Comunicação Total ou Bilinguismo. Estes questionavam a eficácia do Oralismo, trazendo a tona a Língua de Sinais como primeira língua para os surdos.

Dessa maneira avança os estudos sobre a comunidade surda, a qual tem suas especificidades como: cultura, língua e a partir de outras leituras, ouso dizer costumes. Para que haja educação bilíngue essa deverá ser feita em escolas de surdos, em que a língua materna é a língua de sinais em que o surdo deverá aprendê-la o mais precoce possível, para que desenvolva uma linguagem e estruturas de pensamento. Todas as disciplinas curriculares deverão ser trabalhadas em língua de sinais, e toda a comunidade escolar – surdos e ouvintes – deverão aprender a língua de sinais, e ainda os surdos podem aprender sobre a Cultura Surda e língua de sinais de outros países. No Bilinguismo, a língua escrita e oral são ensinadas como estrangeiras, o que depende da aquisição da língua de sinais.

Segundo Botelho (2005), no Brasil a educação bilíngue ainda é pouco divulgada, mas existem alguns países – Dinamarca e Suécia – que os sujeitos surdos são formados em língua de sinais, leitura e escrita. Na Suécia desde 1981 foi implantado o Bilinguismo e a língua de sinais sueca passou a ser oficialmente a língua de instrução do surdo.

Na escola bilíngue sueca foi elaborado um novo currículo onde se exigia a língua de sinais como disciplina, admissão de professores e funcionários surdos nas escolas, e os profissionais responsáveis pela formação de professores de surdos com pleno conhecimento da língua de sinais, a obrigatoriedade dos professores de surdos em adquirirem a língua de sinais.

Em outras esferas da sociedade foram admitidos funcionários, tanto na iniciativa privada quanto na pública de surdos, investimentos na produção de materiais visuais e escritos, oferecimento de cursos de língua de sinais para quem se interessasse. No seio familiar a comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos acontece através da língua de sinais, favorecendo para o desenvolvimento da linguagem.

Na Suécia existem três situações que favorecem o modelo bilíngue: a pesquisa sobre a língua de sinais; participação da Comunidade Surda e cooperação das organizações de pais de surdos. A pesquisa sobre a língua de sinais acaba por criar uma identidade e um reconhecimento dos surdos em relação à língua, dessa forma eles passam a utilizá-la em diferentes contextos da sociedade, onde a partir da Associação Nacional de Surdos da Suécia, começa haver participação ativa dos surdos, assim todo tipo de informação hoje está disponível para os surdos em sua língua materna, sendo usada como meio de comunicação entre surdos e seus pares, como também entre esses e os ouvintes.

No Brasil a proposta bilíngue depende da mudança de perspectivas das políticas públicas sobre surdos e surdez, a prática do bimodalismo como sinônimo de bilinguismo, inviabiliza a efetivação dessa proposta. É necessário o real reconhecimento prático e efetivo da língua de sinais para que os surdos possam participar de forma autônoma da sociedade em que vivem.

Para compreensão do processo educativo no Brasil, nos impõe a necessidade de um resgate histórico percebendo as políticas públicas de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, e os vínculos deste com a complexa lógica do neoliberalismo. É preciso situar a questão da inclusão, no viés social, político e cultural.

O Brasil entre o fim do século XX e início do século XXI passou por uma série de influências na área da educação. Em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), essa lei traz um capítulo específico sobre educação especial, onde a nova LDB 9.394/96 em seu capítulo V coloca que a educação dos indivíduos com deficiência deve se dar na rede regular de ensino, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e integração dessas pessoas.

Quando pensamos na educação bilíngue, na necessidade de historicizá-la no contexto neoliberal, é importante refletir nos conceitos educacionais dentro do sistema capitalista. Segundo a autora Peroni (2008), ao estudar as políticas nacionais de educação pública o sistema de ensino atual traz consigo a responsabilidade de formar profissionais capacitados para exercer vários tipos de funções dentro do mercado, ou seja, o sistema educacional é “fruto” da lógica capitalista da sociedade em que vivemos, desde as primeiras séries até o curso superior, onde os “mais capacitados” tem as melhores oportunidades. De forma que os tidos como capacitados, são os chamados “normais” que não têm nenhuma dificuldade de locomoção, aprendizagem, ou seja, não tem nenhuma deficiência, afim de que não altere o andamento do sistema capitalista.

Esse processo de transição entre escola tradicional e a proposta de uma educação bilíngue, trouxe muitas resistências, sobretudo na prática de Comunicação Total, mas segundo Sacks (2010) depois de um tempo os surdos perceberam que a escolarização feita pela língua de sinais favorecia no processo de constituição de sua identidade, como foi o episódio na Universidade de Gallaudet em que os estudantes lutaram para ter um reitor surdo, demonstrando que a língua de sinais passa a ser um elemento de identidade do surdo e a aquisição de demais conhecimentos através dela, como atividade de narrar suas histórias, favorece para que o surdo se coloque em uma posição de autonomia frente à sociedade estigmatizante.

No Brasil em maio de 2011 ocorre um fato parecido com o que Sacks (2010) descreve sobre a Universidade de Gallaudet, segundo Garcêz (2011) a iminência de fechamento da educação básica do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), despertou na comunidade surda uma mobilização a favor da escola bilíngue, manifestantes surdos estiveram em Brasília nos dias 19 e 20 de maio de 2011 reivindicando para o não fechamento, e o resultado da luta foi positivo, pois o mesmo continua aberto.

A luta por uma educação bilíngue é permanente, algumas vitórias já foram conquistadas no âmbito nacional e estadual. No referente ao estadual, e no presente

projeto relacionado a Minas Gerais está a Lei Estadual nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, que reconhece pela primeira vez a oficialidade da língua de sinais (Libras) como meio de comunicação nas repartições públicas, escolas estaduais.

No âmbito nacional pela regulamentação da Lei Federal 10.436, formalmente, a Libras foi reconhecida como língua oficial do país em abril de 2002, “conquistando” o mesmo status legal da Língua Portuguesa, garantindo o ensino da mesma como conteúdo curricular – como um novo idioma comum a todos os alunos, surdos e ouvintes. Em dezembro de 2005 o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que institui o ensino aos surdos na língua de sinais, traz uma das mais importantes contribuições na legislação para os surdos, pois ao menos teoricamente, legitima a educação bilíngue para surdos.

Segundo a legislação acima citadas é obrigatório à educação bilíngue, mas o que se percebe até o momento são escolas despreparadas física e pedagogicamente para receber alunos surdos. Esses discursos e medidas de políticas públicas nem de longe se adequam à realidade do ensino brasileiro. Há necessidade indiscutível de um processo de inclusão para indivíduos com deficiência, mas para tanto é fundamental que esta questão seja debatida no ambiente escolar, e não apenas no meio academicista.

É difícil falar em escola bilíngue no Brasil, pois existe uma diferença grande entre o que proposto na teoria e o que é executado na prática. É mais fácil falar que existe uma legislação que priorize a educação bilíngue, que ainda precisa melhorar muito para efetivação da mesma.

Diante disso, a busca por uma educação para todos faz com que haja a necessidade de mudança do paradigma atual, ou seja, um novo paradigma de inclusão para todos, onde a sociedade assuma e crie condições para novas oportunidades de convivência e também de empregos para todos. Neste sentido Skliar (1999) propõe que o surdo seja no ambiente social, seja no ambiente escolar, necessita de estratégias para estruturação de seu pensamento, e para isso fará uso da sua identidade, cultura e linguagem, com a finalidade de partilhar experiências e autonomia de aquisição do saber.

Portanto, percebe-se que esse novo paradigma de educação bilíngue é possível, pois as ferramentas para se fazer uma educação para todos está disponível, é necessário desconstruir o modelo tradicional, seus pilares teórico-metodológicas em que ela se sustenta. Para mim, para uma realização de um processo educacional o professor é um dos elementos mais importantes do mesmo. Compreendo que os mesmos encontrem

dificuldades em lidar com as mudanças, diferenças e diversidades encontradas, mas acredito que cabe a eles, e aos futuros professores buscar alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento, que lhes dê as bases e o rumo para realizar as mudanças que já se fazem necessárias. O fato de não estarem preparados não pode ser encarado com um problema, e sim um desafio a ser superado.

Referências bibliográficas

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na educação de surdos: ideologias e Práticas Pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 21

BRASIL. Senado Federal. **Língua Brasileira de Sinais: Uma Conquista Histórica**. Brasília. 2006.

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRASIL. Governo Federal. Lei nº. 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Disposição sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e outras providencias**. Brasília, 2002.

BRASIL. Governo Federal. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de Abril de 2002, que **Disposição sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Brasília, 2005.

DORZIAT, A. Bilinguismo e Surdez: Para além de uma visão linguística e Metodológica. In: SKLIAR, C. **Atualidades da Educação Bilingue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. P. 27-40

FENEIS. **LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais**. Belo Horizonte: FENEIS, 1995.

GARCÊZ. R. L. **Nada sobre nós**. Disponível em: http://www.feneis.org.br/page/imagens/noticias/noticias_2011/Revista%20Feneis_44.pdf. Acessado em: 18 de agosto de 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº. 10.379, de 10 de Janeiro de 1991. **Reconhece o uso da LIBRAS no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**: refletindo sobre o normal o diferente e o excêntrico. In: Labrys estudos feministas. N. 1-2, jul/dez/2002. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/guacira1.html. Acessado em: 02 de maio de 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. **O Estado Brasileiro e a política educacional dos anos 90**. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0508T.PDF>. Acessado em: 19 de outubro de 2008.

SACKS, O. **Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação. 2005.

_____ **Atualidades de Educação Bilingue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.